

Análise do preconceito racial em uma amostra de crianças brancas de 5 a 8 anos de idade

Sheyla Christine Santos Fernandes
Saulo Santos Menezes de Almeida
Conceição Bruna Soares do Nascimento

*Universidade Federal de Sergipe (UFS)
Aracaju, SE, Brasil*

RESUMO

O objetivo central do presente estudo foi analisar o preconceito racial em crianças. Participaram deste estudo 19 crianças de uma cidade do interior do estado de Sergipe, 11 meninos (57,9%) e 8 meninas (42,1%) (idade de 5 a 8 anos). Para tanto, foi solicitado às crianças que desenhassem duas crianças: uma criança branca e uma criança negra. Através dos desenhos as crianças responderam a questões sobre escolhas e preferências em relação a cinco categorias: riqueza, beleza, inteligência, proximidade e contato. Os resultados revelaram um alto nível de preconceito. A criança negra foi fortemente rejeitada. As crianças de sete e oito anos de idade apresentaram os maiores índices de preconceito. A discussão sugere que o efeito da norma social de igualdade apenas aparece após os oito anos de idade.

Palavras-chave: Preconceito; crianças e normas sociais.

ABSTRACT

Analysis of racial prejudice on white children about 5 up to 8 years old

The central aim of this work was to analyse the racial prejudice in children. Participated this study 19 children from the countryside of Sergipe state, 11 boys (57,9%) and 8 girls (42,1%) (age of 5 up to 8 years old). The children were requested to draw two children: an white child and a black child. Through wich the children asked questions about choices and preferences in terms of five cathegories: riches, beauty, intelligence, proximity and contact. The results reveled high level of prejudice. The black child was so rejected. Children about seven and eight years old presented higher level of prejudice. The discussion sugest that effect of equality social norm just appear about over eight years old.

Keywords: Prejudice; children and social norms.

RESUMEN

Análisis de los prejuicios raciales en una muestra de niños blancos de 5 a 8 años de edad

El objetivo central de este estudio fue analizar los prejuicios raciales en los niños. Participaron de este estudio 19 niños de una ciudad de estado de Sergipe, 11 niños de sexo masculino (57,9%) y 8 de sexo feminino (42,1%) (edad 5 a 8 años). Por tanto, se pidió a los niños que desenhassem dos niños: un niño blanco y un niño negro. A través de los dibujos de los niños respondieron a las preguntas sobre las opciones y preferencias con respecto a cinco categorías: riqueza, belleza, inteligencia, y un estrecho contacto. Los resultados revelaron un alto nivel de prejuicio. El niño negro fue rechazado enérgicamente. Los niños de siete y ocho años de edad tenía las tasas más altas de los prejuicios. El debate se sugiere que el efecto de la norma de la igualdad social sólo aparece después de los ocho años de edad.

Palabras clave: Los prejuicios; los niños y las normas sociales.

“Já que nenhum homem tem autoridade natural sobre seu semelhante, e uma vez que a força não produz direito algum, restam então as convenções como base de toda autoridade legítima entre os homens.”

ROUSSEAU, 1999.

INTRODUÇÃO

Durante a história da humanidade podem-se verificar várias idéias e representações sociais que sugerem a dominância social como uma característica presente no seio dos agrupamentos sociais (Lima, 2002). Esta realidade pode ser observada nas grandes civilizações primitivas e nas sociedades medievais, onde a sociedade já se constituía de detentores do poder e de sabedoria e, portanto, merecedores de respeito e serventia. A crença de que um grupo possui diferenças psicológicas devido a traços físicos ou costumes diferentes é muito antiga (Leite, 1986). Hoje, não se é diferente, as classes dominantes socioeconômica e culturalmente impõem-se sobre as outras. E o que se percebe, em geral, é que há com freqüência um jogo da exclusão caindo sobre determinados grupos, tidos como inferiores, sendo o indivíduo um produto destas representações (Velho, 2002).

Numa tradição marxista, poder-se-ia afirmar que esta idéia de dominação e de conflito social surge de uma intersecção entre as estruturas de classe e as identidades constituídas socioculturalmente (Guareschi, 2005). Seguindo esta linha de pensamento acerca da assimetria social, é que surgem as crenças e atitudes hostilizadas em relação a um grupo ou a um indivíduo por pertencer a este grupo. Assim, em uma das primeiras obras sobre esta temática, Allport (1954) define o preconceito como sendo justamente essa construção de atitudes depreciativas e hostis contra grupos marginalizados socialmente. Nesta perspectiva, o preconceito racial tem a natureza de hierarquização, dominação e exclusão baseada em uma característica física externa ratificadora de comportamentos (Lima e Vala, 2004), sendo o racismo um tipo de preconceito (Brown, 1995).

Para Blumer (apud Guimarães, 2004), os grupos dominantes compartilham sentimentos de superioridade; de que a raça jugulada é diferente; da propriedade particular de certos privilégios e do medo de que a raça jugulada partilhe dos benefícios que lhe são peculiares. A subordinação assim surge como uma visão errada da biologia humana para estabelecer justificativa de dominação de indivíduos e povos (Guimarães, 1999).

Jones (1972), de tal modo, expõe que o racismo não parte apenas de uma ciência individual, mas é também institucional e cultural, ou seja, o racismo perpassa um compartilhamento de sentimentos e uma manipulação institucional e cultural de ideologias racistas. Desta forma, há de se questionar: num contexto social, onde as representações racistas são evidentes, atitudes preconceituosas podem não ser manifestas?

Vislumbrando esta questão, nota-se que todas as informações são distorcidas por representações

impostas, vagas e parcialmente inacessíveis, em outras palavras, os pensamentos estão condicionados por nossa cultura (Moscovici, 2005): reproduz-se aquilo que já está formado socialmente. Toda a estrutura cognitiva é ancorada e repercutida por idéias e pensamentos que já atravessam a sociedade. Destarte, numa sociedade onde os valores que sustentam o racismo são postos sem intervenção contrária, espera-se que o racismo seja manifesto de forma bem expressiva. Os Estados Unidos e África do Sul com o *apartheid*, como exemplos, defenderam e justificaram a desigualdade dos indivíduos pelas suas características iminentes, nestes termos, fica nítida a idéia da discriminação como construída historicamente (Guimarães, 1999).

Devido às normas sociais que recriminam e desprezam a discriminação, nos dias atuais, claramente se pode perceber a construção de novas formas de expressão do preconceito e racismo, os mesmos vêm sendo camuflados, sutílizados ou se expressando de forma simbólica, porém com uma ideologia desigual inconsciente que está ainda presente nas relações sociais, inclusive no Brasil, país marcado por notórias disparidades sócio-econômicas e onde existe a maior população negra vivendo fora da África (Lima e Vala, 2004; Camino, Da Silva e Machado, 2004).

Os estudos que se debruçam a desvendar tal fenômeno em indivíduos adultos é tema constante na ciência psicológica (Allport, 1954; Brown, 1995; Jones, 1972; Fernandes e Almeida, 2006). Entretanto, análises do racismo na infância são bastante escassas (França e Monteiro, 2004a). Este fato desperta o interesse em compreender o racismo nas crianças.

A maior parte dos teóricos defendem que as crianças, por serem imaturas cognitivamente, são abertamente preconceituosas, sendo minimizado este atributo ao passo que ocorre uma maturação das estruturas cognitivas, fazendo com que as crianças construam representações do mundo de forma mais tolerante e julgando as pessoas não apenas pela aparência, mas em termos de componentes internos como inteligência, bondade, amizade (França e Monteiro, 2004a). Contudo, em estudo realizado em Portugal e no Brasil, França e Monteiro (2004b) encontraram que, na realidade, o que ocorre com as crianças em suas visões de mundo é a introjeção das normas sociais atuantes na sociedade e cultura particular a cada criança, fazendo com que, a partir de certa idade, o preconceito não seja mais explícito abertamente.

Partindo deste princípio, e se colocarmos a idéia da representação como constituinte de um pensamento racista, preconiza-se um estudo com as crianças para uma assimilação mais contundente da situação atual do racismo das crianças. Considera-se que as crianças convivendo com idéias, pensamentos e atitudes

preconceituosas dos adultos podem responder de forma análoga, por estarem profundamente associadas às atitudes raciais dos adultos (Jones, 1972).

Uma outra questão a ser levantada junto às crianças é que o ser humano pensa através de categorias, para uma melhor identificação dos objetos e pessoas. Essas categorias constituem a base do preconceito (Allport, 1954). Consoante, sabe-se que o racismo não se refere apenas a doutrinas, mas também a atitudes e preferências, como gostos e valores estéticos (Guimarães, 1999), portanto, categorias sociais. Logo, as crianças atravessadas por sentimentos e valores assumidos socialmente, também vão criar categorias para entender melhor os grupos, pessoas e objetos. E entendendo que o processo de exclusão racial está integrado a um processo de diferenças socio-econômicas e culturais, esta pesquisa busca certificar-se nas crianças, das representações como campo de sedimentação do racismo a partir de categorias bem definidas e padronizadas socialmente: beleza, riqueza, inteligência, contato e proximidade.

MÉTODO

Participantes

O presente estudo contou com a participação de 19 crianças auto-categorizadas como brancas residentes em uma cidade do interior de Sergipe. Destas, 11 (57,9%) eram do sexo masculino e 8 (42,10%) do sexo feminino. A idade variou de cinco a oito anos.

Instrumentos e procedimentos

Para selecionar as crianças, alguns procedimentos se fizeram necessários: solicitar as devidas autorizações para proferir com a seleção das crianças; combinar os locais e horários para condução das entrevistas. Desta forma, foram selecionadas as crianças auto-categorizadas como brancas, pertencentes a um grupo escolar de ensino fundamental localizado no interior do Estado de Sergipe, por este apresentar certa homogeneidade quanto ao grau de instrução, proveniência e contexto cultural destas crianças. As entrevistas realizaram-se uma por vez em horário de aula.

Neste sentido, três procedimentos foram utilizados para atender aos objetivos do presente estudo: (1) foi solicitado às crianças que desenhassem uma criança branca e uma criança negra em folhas separadas, (2) em seguida, as crianças foram convidadas a expor seus pensamentos acerca da associação das categorias sociais *beleza, riqueza, inteligência, contato e proximidade* frente aos dois alvos;* (3) por fim, pediu-se às crianças que desenhassem a possível casa e família das crianças de seu desenho e emitissem julgamentos e explicações acerca de suas atribuições.

Todas as análises foram feitas a partir dos discursos das crianças entrevistadas. As entrevistas aconteceram de forma individual e duraram cerca de 20 minutos cada.

RESULTADOS

Tendo como base os procedimentos metodológicos utilizados por este estudo, as Tabelas que seguem revelam as proporções descritivas de diferenciação (em porcentagem) entre a preferência frente os brancos e negros na visão das crianças entre cinco e oito anos de idade.

TABELA 1
Associação das categorias a da cor da pele na visão das crianças entre cinco e oito anos de idade

<i>Categoria</i>	<i>Branco</i>	<i>Negro</i>
Beleza	62,75%	37,25%
Riqueza	79,5%	20,5%
Inteligência	73,5%	26,5%
Brincar	79,5%	20,5%
Adoção	80%	20%

Como pode ser observado na Tabela 1, a partir dos desenhos realizados pelas crianças e tendo como critérios as categorias *beleza, riqueza, inteligência, brincar e adoção*, é notória a verificação de um favoritismo destas crianças frente ao alvo branco. A categoria beleza foi apontada por 62,75% das crianças como atributo do alvo branco, enquanto que para alvo negro foi apontada por 37,25% das crianças, indicando que beleza é qualidade, em maior grau, de pessoas brancas; 79,5% das crianças escolheram o alvo branco como mais rico e 20,5% escolheram o alvo negro, estes dados representam a crença das crianças de que riqueza é característica em maior parte de pessoas brancas; em se tratando do critério inteligência, em 73,5% dos casos, a indicação esteve voltada para o alvo branco, enquanto que um total de 26,5% das crianças indicaram o alvo negro mais como inteligente; as categorias de contato e proximidade apresentaram índices de forte rejeição ao alvo negro, sendo 79,5% das escolhas para brincar dirigidas ao alvo branco e 20,5% ao alvo negro; e 80% para adotar como irmão o alvo branco e 20% o alvo negro.

* As perguntas dirigidas às crianças eram feitas de forma padronizada e simples, utilizando as categorias beleza, riqueza, inteligência, contato (brincar) e proximidade (adotar como irmão), uma por vez, e pedindo as crianças que escolhessem qual dos dois alvos se enquadraria melhor nos atributos determinados (ex.: "Qual das duas crianças é mais inteligente?"; "Com qual das duas crianças você gostaria de brincar?"; "Qual das duas crianças você escolheria para ser adotado por seus pais para ser seu irmãozinho?"). Estas categorias foram escolhidas devido a fácil compreensão das crianças no que se refere a preferência social. A literatura mostra que essas categorias são as mais utilizadas historicamente nos discursos dos indivíduos para avaliar as pessoas e os grupos (França e Monteiro, 2004; Pettigrew e Meertens, 1995; Santos, 2002; Guimarães, 2004).

A partir destes dados, percebe-se uma diferença acentuada entre o que as crianças entre cinco e oito anos de idade participantes deste estudo pensam sobre brancos e negros. Resta saber se existem diferenças na configuração perceptiva frente os alvos branco e negro em função da idade. Para averiguar tal problema, a amostra foi dividida em dois grupos: crianças com cinco e seis anos de idade e crianças com sete e oito anos de idade (a divisão foi equitativa). As Tabelas 2 e 3 apresentam os resultados da associação das categorias investigadas (beleza, riqueza, inteligência, brincar e adoção) com a cor da pele dos alvos na visão dos dois grupos de crianças: crianças de cinco e seis anos de idade (Tabela 2) e crianças com sete e oito anos de idade (Tabela 3).

TABELA 2
Associação das categorias a cor de pele na visão das crianças de cinco e seis anos de idade

<i>Categoria</i>	<i>Branco</i>	<i>Negro</i>
beleza	70%	30%
Riqueza	70%	30%
Inteligência	80%	20%
Brincar	70%	30%
Adoção	60%	40%

TABELA 3
Associação das categorias a cor de pele na visão das crianças de sete e oito anos de idade

<i>Categoria</i>	<i>Branco</i>	<i>Negro</i>
Beleza	55,5%	44,5%
Riqueza	89%	11%
Inteligência	67%	33%
Brincar	89%	11%
Adoção	100%	0%

Os dados apresentados na Tabela 2 sugerem um alto nível de racismo presente nas crianças estudadas indicado através da preferência encontrada em todas as categorias em relação ao alvo branco. Neste sentido, ao serem indagadas sobre o critério beleza, 70% das crianças indicam o alvo branco como possuidor desta característica e 30% indicam o alvo negro, demonstrando uma crença na beleza como atributo, em maior parte, de pessoas brancas; com relação ao critério riqueza, 70% das crianças apontam o alvo branco como rico e 30% o alvo negro, neste caso, percebe-se que os participantes atribuem a característica riqueza a pessoas brancas em detrimento das pessoas negras; tendo como estímulo o critério inteligência, 80% das crianças apontam ser o alvo branco mais inteligente que o alvo negro, sendo este determinado como inteligente em 20% dos casos; em relação a categoria brincar, a maioria das crianças 70%, preferem o alvo branco

e a minoria, 30%, preferem o alvo negro, indicando uma rejeição ao contato frente o alvo negro; acerca da categoria adoção, os dados seguiram a mesma direção, 60% escolheram o alvo branco e 40% escolheram o alvo negro, mostrando também, uma certa rejeição em relação à proximidade ao alvo negro.

Os dados apresentados na Tabela 3 supõem que as crianças de sete e oito anos de idade apresentam o mesmo tipo de favoritismo em relação ao alvo branco observado nas crianças mais novas, com algumas diferenças quanto à magnitude da preferência. À categoria beleza, 55,5% das crianças apontaram o alvo branco e 44,5% o alvo negro, indicando assim, que a maioria das crianças de sete e oito anos atribuem aos brancos a beleza em detrimento dos negros; em se tratando do critério riqueza, 89% das crianças escolheram o alvo branco e 11% o alvo negro, determinando que a riqueza faz parte do universo dos brancos; em relação à inteligência, a maioria das crianças, 67%, acreditam ser o alvo branco detentor desta categoria, enquanto apenas 33% das crianças atribuem maior inteligência ao alvo negro; no que se refere ao contato e à proximidade, foi observado que para brincar, 89% das crianças escolheram o alvo branco e 11% escolheram o alvo negro; e para adotar como irmão, todas as crianças de sete e oito anos escolheram o alvo branco, por conseguinte, nenhuma criança escolheu o alvo negro para ter como irmão adotivo. Ambos os resultados apontam uma forte rejeição ao contato e à proximidade das crianças investigadas em relação às crianças negras.

No que concerne ao terceiro procedimento, a atribuição, através de desenhos realizados pelas crianças, de uma casa e uma família às crianças brancas e negras desenhadas a partir do procedimento 1, pode ser observado que as crianças não diferenciaram em seus desenhos que casa e família caberiam a crianças brancas e negras (eram desenhadas casas e famílias idênticas para os dois alvos). Entretanto, mesmo com uma pobreza exacerbada de discurso, foi verificado através das explicações dos desenhos a ideologia do branco rico, dado compatível com a categoria *riqueza* analisada através do procedimento 1. Neste último procedimento, tendo em vista a falta de discurso das crianças, bem como a similitude dos desenhos referentes aos dois alvos, não foram efetuadas comparações entre os dois grupos de crianças.

DISCUSSÃO

Este estudo foi motivado por dois fatores centrais: (1) investigar o racismo em crianças pequenas; (2) analisar a possível diferenciação entre o racismo apresentado por crianças abaixo e acima dos sete anos de

idade. Contando com uma amostra de 19 crianças do interior de um Estado da região nordeste do Brasil, os procedimentos adotados tiveram como estímulo avaliador desenhos realizados pelas próprias crianças de dois alvos, uma criança branca e uma criança negra, a partir dos quais era solicitado que frente às categorias *beleza, riqueza, inteligência, contato (brincar) e proximidade (adoção)*, as crianças proferissem julgamentos de preferência, além de, ainda através de desenhos, indicassem a casa e a família que caberiam aos alvos, explicando o motivo das escolhas. Assim, através da análise da frequência da preferência das crianças, bem como através da análise dos discursos utilizados para justificar as escolhas, pode-se encontrar a presença do racismo e sua magnitude em relação à idade.

Uma gama de estudos sobre o preconceito e racismo na atualidade tem demonstrado que uma nova maneira de expressar atitudes negativas dirigidas aos grupos minoritários se faz atuante no cenário social dos dias de hoje (Lima, 2003; Lima e Vala; 2004; Fernandes, Da costa, Camino e Mendoza, 2006; Fernandes e Almeida, 2006). Esta modalidade moderna de discriminar tem base nas mesmas propensões do preconceito tal como se conhece desde os primeiros estudos (Allport, 1954), e é caracterizada por se apresentar de forma sutilizada, camuflada, velada, não se mostrando explícita como as formas antigas, ditas diretas. Os teóricos atribuem esta modificação às normas sociais igualitárias e, neste sentido, dirige-se um olhar negativo ao preconceito: ser preconceituoso se tornou aversivo.

Sabe-se que as crianças a partir de uma certa idade introjetam as normas sociais vigentes em seu contexto, e são capazes de emitir conceitos, preferências e escolhas condizentes com a sua realidade social. Nestes termos, como se daria a preferência das crianças em relação à cor da pele?; e como seria essa preferência em função das normas sociais?; poderiam as crianças serem dissimuladas?; e a partir de que idade aconteceria essa dissimulação? Essas questões se apresentam mais complexas do que se observa rapidamente, pois nas entrelinhas surgem alguns pontos que merecem ser discutidos. O primeiro diz respeito à constatação de que desde muito cedo as crianças apresentam favoritismo pelo seu grupo de referência e que mais tarde apresentam uma moderada aceitação dos princípios normativos de seu meio social (Brown, 1995), ou seja, em dois momentos distintos acontece a introjeção normativa, primeiro incorpora-se à cognição da criança a norma do etnocentrismo, e em seguida a norma da sociabilização. Por que não se falar então da necessidade da maturação cognitiva para a aprendizagem normativa? O segundo ponto sugere um enorme conflito entre as tendências individualizantes/psicologizantes e as tendências intergrupais/sociais de se entender o processo de

desenvolvimento cognitivo, trazendo rumores de acentuadas falhas nas compreensões reducionistas que ora pendem para um lado, ora pendem para o outro no entendimento dos processos de exclusão social. Por que não se pensar em uma abordagem psicossocial que abarque ambos os lados desta mesma moeda? O terceiro e não menos importante ponto, indica que muito se tem a investigar acerca destas tendências infantis no Brasil, pois em sociedades marcadas pela diversidade e ambigüidade de valores individuais e sociais, há uma completa escassez de estudos contemplando esta problemática, fazendo com que sua compreensão seja um tanto quanto escorregadia. A seguir tais pontos serão considerados.

Embora o preconceito venha sendo compreendido mais como uma propensão social, situada nas lutas ideológicas pelo poder (Tajfel, 1981; Billig, 1985; Brown, 1995; Camino, Da Silva, Machado e Pereira, 2001), alguns pesquisadores atribuem maior ênfase aos processos psicológicos subjacentes ao preconceito (Gaertner e McLaughilin, 1983; Sidanius e Pratto, 1999) e discutem sua natureza a partir dos processos cognitivos, porém, não negando sua dinâmica social. Assim, supor que as crianças são preconceituosas por não possuírem um determinado desenvolvimento cognitivo capaz de entender a diversidade social é deveras compreensível. Dando seqüência a esta perspectiva, com a passagem dos sete para oito anos de idade, estas estruturas estariam formadas e as crianças então apresentariam menores índices de preconceito, isto aconteceria pela formação de novas estruturas e pelo amadurecimento das existentes (Aboud e Doyle, 1996).

Por outro lado, percebe-se que adultos, que supostamente possuem o citado amadurecimento cognitivo, apresentam altos índices de preconceito. Como explicar tal fenômeno? Esta questão motivou, em parte, o estudo já mencionado realizado por França e Monteiro (2004a) com crianças. As autoras buscavam verificar a estruturação do racismo na infância, sugerindo que a partir dos oito anos de idade as crianças não diminuam suas tendências preconceituosas em virtude do amadurecimento das estruturas cognitivas, mas em função da aprendizagem das normas sociais anti-racistas vigentes na sociedade, passam a exibir o preconceito de forma indireta. Os resultados alcançados pelas autoras confirmaram suas hipóteses (França e Monteiro, 2004a; 2004b). Com efeito, a saliência da norma social interfere na maneira de exibir o preconceito (ou a rejeição aos grupos minoritários), assim como a imitação parental, o que leva a crer que a aprendizagem social é fator determinante do comportamento social. Neste aspecto, considerar o desenvolvimento cognitivo como base para a introjeção das normas sociais seria

bastante oportuno, ao invés de enfatizar apenas um ou outro caractere próprio da natureza do preconceito. O preconceito poderia então ser definido como uma atitude negativa em relação a um indivíduo ou grupo com base nas relações ideológicas e representacionais assimétricas de poder social e não apenas vinculado à imaturidade cognitiva ou aos atributos sociais desiguais presentes nos grupos sociais, da mesma forma seria compreendido o racismo e demais modalidades de preconceito, sendo, portanto, estreitamente vinculado à aprendizagem social.

Diversas são as pesquisas sobre preconceito e racismo discutindo sua essência psicológica e/ou social (Pereira, Torres e Almeida, 2003; Lima e Vala, 2004; Torres, Fernandes e Almeida, 2006), todos analisando adultos. Estudos que analisam esta problemática em crianças são mínimos no Brasil (França e Monteiro, 2004a; 2004b). Com a finalidade de buscar respostas acerca do referido fenômeno na infância, este estudo foi levado a cabo e assim pretende dar sua modesta contribuição no que se refere a este hiato.

Foi encontrado que, de maneira geral, as crianças deste estudo apresentam um forte índice de racismo, representado pelo favoritismo ao alvo branco e a rejeição ao alvo negro diante das categorias sociais *beleza, riqueza, inteligência, contato e proximidade*.

Estes dados confirmam os achados de outras pesquisas que sugerem que o preconceito e racismo são fenômenos preocupantes e contemporâneos (Lima, 2003). Quando comparados os dois grupos – crianças de cinco e seis anos e crianças de sete e oito anos de idade –, não foi observada a atenuação das atitudes negativas frente os negros por parte das crianças de sete e oito anos, pelo contrário, excetuando a categoria *beleza*, todos os indicadores das crianças mais velhas foram acentuados, chegando a atingir o ponto máximo de rejeição no último critério: a adoção de uma criança negra como irmão rejeitada por 100% das crianças analisadas. Pode-se considerar que as crianças mais novas possuem uma menor proporção de racismo, o que indica que após os sete anos de idade não aconteceu, nestas crianças, a atenuação do preconceito.

Considerando os discursos das crianças, a imagem estética de beleza (branco, cabelos louros, olhos claros) fica bastante evidenciada: “é bonita porque é branca e a outra é preta”, “cabelo bonito é de branca”, “olhos bonitos é da branca”. Partindo para a categoria *riqueza*, as crianças reproduziam idéias tais como: “a branca é mais rica por ter uma casa grande” ou “a branca tem tudo”. Na categoria *inteligência*, o que foi verificado foi uma nítida associação entre cor da pele e capacidade intelectual para cumprir com uma tarefa ou alcançar objetivo. Mas no discurso percebeu-se uma pobreza

de palavras, apenas uma afirmação de que “porque os pretos são pouco inteligentes”. A questão do contato e aproximação a uma das crianças dos desenhos sela-se nos discursos: “branco é engraçado e gosta de brincar”, “não gosto de brincar com gente preta”.

É certo que o estudo realizado aponta a manifestação do racismo de forma nítida nos discursos das crianças, independente da faixa etária. Mais especificamente, fica demonstrado que o aumento da idade desperta o aumento do índice de rejeição ao exogrupo. Neste sentido, pode-se sugerir que este dado esteja relacionado à pequena quantidade de participantes, assim como a baixa dispersão de idade entre eles. Para assegurar tal proposição seria pertinente considerar em estudos futuros a participação de crianças de amplitude de idade maior (5 a 12 anos de idade, por exemplo), pois os dados aqui apresentados levam a crer que a diferenciação por faixa etária não esteja de fato presente em agrupamentos tão estreitos como os utilizados neste estudo. Ademais, França e Monteiro (2004ab) salientam que o pico de etnocentrismo, ou seja, o período crítico de supervalorização endogrupal, acontece por volta dos sete anos, o que indica que pode ocorrer aos seis, sete ou oito anos de idade. Assim, foi encontrado neste estudo que a partir dos sete anos de idade o nível de rejeição aumentou. Apenas a partir de estudos mais amplos é possível responder a esta questão.

Levando-se em consideração a Teoria da Identidade Social desenvolvida por Tajfel (1981), que afirma que a procura de uma identidade positiva acaba por valorizar em demasia o grupo de pertença dos indivíduos, desvalorizando em contrapartida outros grupos, pode-se vislumbrar que a identificação com o próprio grupo e a depreciação dos exogrupos é fator universal e que aparece desde cedo nos indivíduos. Neste eixo de pensamento, deixa-se a certeza da importância de estudos que, como este, busquem explorar mais detalhadamente esta problemática considerando novos caminhos e possibilidades e, principalmente, possam dar sua contribuição no esclarecimento deste tema. Com base nestes indícios, novos estudos estão sendo desenvolvidos.

REFERÊNCIAS

- Allport, G.W. (1962). *La naturaleza del prejuicio*. Buenos Aires: Eudeba.
- Azevedo, C.M.M. (2005). A Recusa da “Raça”: Anti-racismo e cidadania no Brasil dos anos 1830. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, 24, 297-320.
- Billig, M (1985). Prejudice, categorization and particularization: from a perceptual to a rhetorical approach. *European Journal of Social Psychology*, 15, 79-103.
- Brown, R. (1995). *Prejudice: It's Social Psychology*. Oxford: Blackwell Publishers.

- Camino, L., Da Silva, P., & Machado, A. (2004). As novas expressões do preconceito racial no Brasil: estudos exploratórios. In Lima, M.E.O., & Pereira, M.E. *Estereótipos, preconceito e discriminação*. EDUFBA.
- Camino, L., Silva, P., Machado, A., & Pereira, C. (2002). A face oculta do racismo no Brasil: uma análise psicossociológica. *Revista de Psicologia Política*, 1, 13-36.
- Da Silva, J.A. (2003). União dos Homens de Cor: aspectos do movimento negro dos anos 40 e 50. *Estudos Afro-Asiáticos*, 2, 215-235.
- Domingues, P. (2005). Ações afirmativas para negros no Brasil: o início de uma reparação histórica. *Revista Brasileira de Educação*, 29.
- Doyle, A.B., & Aboud, F.E. (1995). A longitudinal study of white children's racial prejudice as a social-cognitive development. *Merrill-Palmer Quarterly*, 41, 210-229.
- Fernandes, S.C.S., & Almeida, S.S. (2006). Mensuração e análise dos níveis de orientação à dominância social. Submetido.
- Fernandes, S.C.S., Da Costa, J.B., Camino, L., & Mendoza, R. (2006). Orientação à dominância social – estudo empírico sobre o preconceito em uma amostra de estudantes universitários do curso de psicologia da cidade de João Pessoa. In: *Cadernos de Psicologia – UFS*, 3, 135-149.
- Franca, D.X., & Monteiro, M.B. (2004a). As novas expressões de racismo na infância. *Análise Psicológica*, 4, 705-720.
- França, D.X., & Monteiro, M.B. (2004b). As novas expressões de racismo na infância. In: M.E.O. Lima, & M.E. Pereira (Orgs.). *Estereótipos, preconceitos e discriminação: perspectivas teóricas e metodológicas* (pp. 139-160). Salvador. EDUFBA.
- Gaertner, S.L., & Mclaughlin, J.P. (1983). Racial stereotypes: associations and ascriptions of positive and negative characteristic. *Social Psychology Quarterly*, 46, 23-30.
- Guareschi, P. (1995). *Sociologia da prática social*. Petrópolis: Vozes.
- Guimaraes, A.S.A. (1999). Combatendo o Racismo: Brasil, África do Sul e Estados Unidos. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 39.
- Guimaraes, A.S.A. (2004). Preconceito de cor e racismo no Brasil. *Revista de Antropologia*, São Paulo, USP, 47.
- Heringer, R. (2001). Mapeamento de ações e discursos de combate às desigualdades raciais no Brasil. *Estudos Afro-Asiáticos*, 2, 1-43.
- Jones, J.M. (1973). *Racismo e preconceito*. Edgard Blucher.
- Leite, D.M. (1986). *Psicologia diferencial*. Ática.
- Lima, M.E. (2003). O impacto do igualitarismo e da meritocracia individualista no preconceito automático contra os negros. In III Congresso Norte-Nordeste de Psicologia. Construindo a Psicologia brasileira: desafios da ciência e da prática psicológica. João Pessoa, PB, 1, 237.
- Lima, M.E.O., & Vala, J. (2004). As novas formas de expressão do preconceito e do racismo. *Estudos de Psicologia*, 9, 3, 401-411.
- Moscovici, S. (2005). *Representações Sociais*. Petrópolis: Vozes.
- Pereira, C., Torres, A.R.R., & Almeida, S.T. (2003). O preconceito na perspectiva das representações sociais: análise da influência de um discurso justificador da discriminação no preconceito racial. *Psicologia Reflexão e Crítica*, 16, 95-107.
- Pettigrew, T.F., & Meertens, R.W. (1995). Subtle and blatant prejudice in western Europe. *European Journal of Social Psychology*, 25, 57-75.
- Rousseau, J.-J. (2000). *O contrato social*. Martins Fontes.
- Santos, G.A. (2002). Selvagens, exóticos, demoníacos. Idéias e imagens sobre uma gente de cor preta. *Estudos Afro-Asiáticos*, 2, 275-289.
- Sidanius, J., & Pratto, F. (1999). *Social Dominance*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Tajfel, H. (1981). *Human Groups and Social categories: studies in Social Psychology*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Telles, E., & Bailey, S. (2002). Políticas contra o racismo e opinião pública: comparações entre Brasil e Estados Unidos. *Opinião Pública*, 1, 30-39.
- Velho, G. (2002). *Subjetividade e sociedade: uma experiência de geração*, (3ª ed.). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.

Recebido em: 27/10/2007. Aceito em: 17/09/2008

Autores:

Sheyla C. S. Fernandes – Mestre em Psicologia Social pela UFPB e doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da UFBA. Atualmente é docente da Universidade Federal de Sergipe e da Faculdade Pio Décimo, onde coordena o Grupo de Estudos e Pesquisas em Psicologia Social (GEPPS).
Saulo S. M. de Almeida – Psicólogo. Membro colaborador do Grupo de Estudos e Pesquisas em Psicologia Social (GEPPS) da Faculdade Pio Décimo.
Conceição Bruna S. do Nascimento – Psicóloga. Membro colaboradora do Grupo de Estudos e Pesquisas em Psicologia Social (GEPPS) da Faculdade Pio Décimo, UFS.

Endereço para correspondência:

SHEYLA C. S. FERNANDES
Av. Adélia Franco, 3580 ap. 403 – Ed. Arauá – Bairro Inácio Barbosa
CEP 49040-020, Aracaju, SE, Brasil
E-mail: sheylacsfernandes@msn.com